

## **CONVÊNIO 007/2018**

INSTRUMENTO DE CONVÊNIO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PARACAMBI E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARACAMBI – APAE, NOS TERMOS DA LEI Nº 1.106/2014, DO ART. 13 DA LEI 1.282/2017, DA LEI 8.742/93 E DA LEI 13.019/2014, E, AINDA, DO CONSTANTE NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 078/2018.

**CONVENIENTE:** MUNICÍPIO DE PARACAMBI, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrito no CNPJ/MF sob nº 29.138.294/0001-02, por sua **Secretaria de Assistência Social**, representada pela Ilmo. Sra. Secretária de Assistência Social, Aline Otília Soares Ferreira Benevenuto, portadora da Carteira de Identidade nº 235278165 – SSP/DIC/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 126.687.287-62, residente e domiciliado na Rua Afonso Franco, 471, apt. 101-A, Raia, Paracambi/RJ.

**CONVENIADA:** ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARACAMBI – APAE, associação privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 39.486.923/0001-30, com sede na Rua Maximiniano de Carvalho, nº 141, Lages, Paracambi/RJ, neste ato apresentada por **Vicente de Paulo Monfardini Gonçalves**, brasileiro, casado, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 061785150 – SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 523.251.307-97, residente e domiciliado na Rua José Candido Costa Cortes, nº 162, Centro, Paracambi/RJ, CEP 26.600-000.

Pelo presente instrumento de CONVÊNIO que celebram entre si, o MUNICÍPIO DE PARACAMBI e ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARACAMBI – APAE, acorda-se o repasse de recursos sob subvenção social, que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo aduzidas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto a concessão de subvenção social à ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARACAMBI – APAE, CNPJ/MF nº 39.486.923/0001-30, que servirá para pagamento das despesas de custeio com a realização de serviços de proteção de média complexidade a pessoa portadora de deficiência física, nos termos do plano de trabalho aprovado e plano de ação constante nos autos do processo nº 078/2018.

Parágrafo único – Constitui prerrogativa do Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade do atendimento à população beneficiária;

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO**

O MUNICÍPIO repassará o valor de R\$40.960,80 (quarenta mil, novecentos e sessenta reais e oitenta centavos) à APAE, conforme cronograma de desembolso aprovado pela Secretaria de Assistência Social, conforme abaixo:

| <b>Mês</b>    | <b>Valor R\$</b> |
|---------------|------------------|
| Maio/2018     | 13.653,60        |
| Junho/2018    | 3.901,03         |
| Julho/2018    | 3.901,03         |
| Agosto/2018   | 3.901,03         |
| Setembro/2018 | 3.901,03         |
| Outubro/2018  | 3.901,03         |
| Novembro/2018 | 3.901,03         |
| Dezembro/2018 | 3.901,02         |

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

### 3.1 - DO MUNICÍPIO

01) efetuar o repasse de acordo com o estabelecido na cláusula anterior;  
02) coordenar, fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução deste Convênio de acordo com suas cláusulas, bem como examinar e deliberar quanto a prestação de contas, o que se fará conforme previsto na cláusula quarta.

§1º – A gestão da parceria será de responsabilidade da coordenadora de atenção especial da Secretaria de Assistência Social, servidora Marлизete Silva dos Anjos Lima – Mat. 14.552, que exercerá a fiscalização e acompanhamento das atividades e obrigações da CONVENIADA, ofertando aos órgãos a que se refere a cláusula 4.2, relatório circunstanciado, com manifestação conclusiva quanto à regularidade e cumprimento do plano de trabalho, submetendo-o a homologação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.

§2º - A comissão de monitoramento e avaliação da parceria será formada pelos servidores: Alan Braga de Souza; Juliana Medeiros Macedo; Bárbara Barbosa Machado Campos.

### 3.2 - DA APAE

01) utilizar o repasse de acordo com o previsto na cláusula primeira;  
02) prestar contas do recurso recebido;  
03) responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, acidentes de trânsito e danos causados a terceiros, eximindo o MUNICÍPIO de qualquer ônus ou reivindicações perante terceiros, em juízo e fora dele;  
04) manter e movimentar o recurso obrigatoriamente em conta específica junto a banco oficial e em aplicação financeira no período em que não for utilizado;  
05) restituir o valor da despesa, acrescido de juros e correção monetária segundo índices oficiais de atualização de débitos fiscais, a partir da data do recebimento do recurso quando a despesa for realizada:  
    a. em finalidade diversa do estabelecido;  
    b. quando não for apresentada a prestação de contas.  
06) confeccionar banner ou faixa indicando a participação do Município, divulgando-o em todos os eventos que promover.

## CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.1 - A APAE deverá prestar contas ao MUNICÍPIO até 60 (sessenta) dias a contar do término da vigência do convênio, apresentando relatório que comprove o alcance do objetivo, contendo:

01) demonstrativo do atendimento ao público alvo com os recursos recebidos;  
02) demonstrativo da receita e despesa, evidenciando o saldo e o resultado da aplicação financeira;  
03) demonstrativo das metas e dos resultados a serem atingidos e dos respectivos prazos de execução ou cronograma;  
04) relação de pagamentos com número da Nota Fiscal ou recibo, nome da empresa ou da pessoa física e valor, em ordem cronológica, com cópia dos documentos;  
05) conciliação do saldo bancário, quando for o caso;  
06) cópia do extrato da conta bancária específica;  
07) comprovante do depósito de recolhimento dos recursos não utilizados à conta do MUNICÍPIO;  
08) documentos que comprovem a adoção de procedimentos para a aquisição de bens e contratação e serviços com emprego de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no art. 37, caput, da Constituição da República.

4.2 - As contas serão entregues à Controladoria Geral, que deverá proceder ao exame contábil e financeiro dos documentos, para auditoria sobre a respectiva regularidade, submetendo-o, após, à Secretaria de Assistência Social, para análise da prestação de contas quanto ao cumprimento do plano de trabalho aprovado.

§1º - Com base em documentos contábeis, fiscais e gerenciais, os órgãos a que se refere o *caput* desta cláusula, deverão emitir parecer conclusivo sobre a aplicação dos recursos repassados à entidade conveniada, que atenda além da transparência da gestão, definida pelo art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e das exigências de normas específicas, ateste, no mínimo:

I - o recebimento da prestação de contas da entidade beneficiária, bem como a aplicação de sanções por eventuais ausências de comprovação ou desvio de finalidade;

II - datas da prestação de contas e dos repasses concedidos;

III - os valores transferidos e os comprovados, por fontes de recursos;

IV - a localização e o regular funcionamento da entidade que recebeu os recursos;

V - a finalidade estatutária da entidade beneficiária;

VI - descrição do objeto dos recursos repassados, dos resultados alcançados e qual a economicidade obtida em relação ao previsto em programa governamental;

VII - o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

VIII - a regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestados pelos controles internos do CONVENIENTE.

§2º - Os saldos de Convênio repassados para entidade e enquanto utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos se verificar em prazos menores que um mês. Auferidas tais receitas, estas serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as respectivas prestações de contas, conforme determinar os §§4º e 5º do art. 116 da Lei nº 8.666/93.

§3º - A CONVENIADA manterá em seus arquivos, em boa guarda e organização, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas do CONVENIENTE, os documentos a que se refere o *caput*, juntamente com todos os comprovantes de pagamentos efetuados com os recursos financeiros transferidos na forma da Lei Municipal nº 1.106/2014, e estará obrigada a disponibilizá-los sempre que solicitado.

§4º - Na gestão dos recursos e na prestação de contas a entidade deverá atender, ainda, e no que couber, às exigências previstas na Lei Nacional 13.019/2014.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RENÚNCIA E DA RESCISÃO

5.1 - O presente Convênio poderá ser denunciado por escrito a qualquer tempo (observando-se o prazo mínimo de 60 dias para a extinção do convênio, contados da data de recebimento da notificação), e rescindido de pleno direito independente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pela superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexecutável.

5.2 - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas,

serão devolvidos ao CONVENIENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela Controladoria Geral do CONVENIENTE.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para atender o presente Convênio são oriundos do orçamento vigente, com a seguinte classificação orçamentária:

- Programa 0016 – Proteção Social Total, ação 1009 – Apoias Entidades Não Governamentais de Assistência, dotação 3.3.50.43 – Subvenções Sociais, Recurso 0253, Cód. Red. 460, com saldo de R\$40.960,80.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Convênio será a partir da data de sua assinatura até 31/12/2018.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Paracambi para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim terem ajustado, assinam o presente instrumento de convênio em quatro vias de igual teor para um só efeito.

Paracambi, 09 de maio de 2018.

**ALINE OTÍLIA SOARES FERREIRA BENEVENUTO**

Secretária de Assistência Social  
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

**Vicente de Paulo Monfardini Gonçalves**

Presentante da Conveniada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

Endereço:

\_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

Endereço: